

DIRETOR GERAL

Amaury Antonio Meller Filho

COORDENADOR DO CURSO DE DIREITO

Dr. Fernando Rodrigues de Almeida

DIRETORA ACADÊMICA / VICE-PRESIDENTE

Profª. Elza Korneiczuk Meller

DIRETOR DE ENSINO

Prof. Célio Raniero

EDITORES

Dr. Caio Henrique Lopes Ramiro
Dr. Fernando Rodrigues de Almeida
Ma. Taís Zanini de Sá

CONSELHO EDITORIAL

Me. Amaury Antonio Meller Filho (Faculdade Maringá-PR)
Pós-Dra. Alexandra Maria Rodrigues Araujo (Centro de Investigação para a Justiça e Governação,
Escola de Direito, Universidade do Minho (Portugal)
Pós-Dr. Alvaro Azevedo Gonzaga (PUC/SP, Brasil)
Dr. Elimar Szaniawski (UFPR, Brasil)

ASSESSORIA TÉCNICA

Rafael Caldini Raniero

REVISOR

Silvia Regina Emiliano Gonzaga

Actio Revista de Estudos Jurídicos / Faculdades Maringá. -- v. 2, n. 32, (Jul./Dez. 2022).
Maringá: Faculdade Maringá, 2022.

Semestral (2002 -)

Publicação desde 2002-2004, com volumes (v.1), a partir de 2005 passou a ser numérica
iniciando-se no número 7 (n.7) e a partir de 2015, v.1, n.25 passou a ser versão eletrônica.

Editada em Maringá (2002 -).

ISSN: 2447-0384. versão on-line

1. Direito – Periódicos . I. Actio Revista de Estudos Jurídicos
.II. Faculdades Maringá.

CDD 340

Elaborado por: Maria José Ribeiro Betetto - Bibliotecária - CRB 9/1.596

Esta revista não assume a responsabilidade das ideias emitidas nos diversos artigos, cabendo-as exclusivamente aos autores. / É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista desde que seja citada a fonte. A partir de janeiro de 2015 a revista passou a ser publicada unicamente em versão eletrônica.

Faculdade de Direito / Faculdade Maringá
Avenida Prudente de Moraes, 815 – CEP 87.020-010 – Maringá – Paraná – Brasil
Fone: +55(44)3027-1100 / Fax: +55(44)3027-1200 – Email:actiorevista@faculdadesmaringa.br
Home Page: <http://www.actiorevista/index.php/Actio>

SUMÁRIO / CONTENTS

EDITORIAL	3
I. EXPLORAÇÃO DE MÃO DE OBRA INFANTIL DE CRIANÇAS NEGRAS NO BRASIL. Cláudia Regina Voroniuk. Marcia Daniella da Silva Pereira.....	4
II. HERANÇA DIGITAL: A APLICABILIDADE DO DIREITO SUCESSÓRIO NA ESFERA DO DIREITO DIGITAL. Danilo Rocha Magalhães. Lays Eduarda Capistrano da Silva. Nathan Emmanuel Rodrigues Ramos de Aguiar.....	28
III. METAS ABUSIVAS DE VENDA DE VAREJO DE SERVIÇOS: A PROPOSTA DA CONFIGURAÇÃO DO DANO EXISTENCIAL COM A RESCISÃO INDIRETA. Alessa Alcantara Albuquerque. Marice Taques Pereira.....	49
IV. O DIREITO MÉDICO E A JUDICIALIZAÇÃO DA MEDICINA. Eric Fabrício Silva Lopes. Débora Goeldner Pereira Oliveira.....	85
V. O LIMBO NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO E O IMPACTO NA VIDA SOCIAL. Samuel Abrãao Segantine Ferreira.....	112
VI. O OUTRO MIGUEL REALE E A “AUTODEFESA” DA DEMOCRACIA. Caio Henrique Lopes Ramiro.....	123
VII. PRINCÍPIO DO POLUIDOR PAGADOR: DA INTERNALIZAÇÃO DAS EXTERNALIDADES NO CUIDADO COM O MEIO AMBIENTE E A PREVENÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS. Erica Fabiana de Melo Garbo. Tais Zanini de Sá.....	141
VIII. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E PROTEÇÃO DA GESTANTE NO CONTEXTO BRASILEIRO. Thaynara Silva de Souza. Claudia Voroniuk.....	159

Caro Leitor,

A atmosfera de festividade encobre a edição atual ao comemorar 20 anos de existência, sem interrupções. Agradecemos aos leitores da Actio Revista de Estudos Jurídicos, aos seus autores, equipe e a diretoria da Faculdade Maringá, os quais contribuíram ao longo dessas duas décadas com a difusão do conhecimento científico na área do Direito.

A profunda gratidão por essa data especial coincide com a retomada da convivência diária com familiares, amigos e colegas de trabalho sem o receio e o temor gerados pela pandemia nos últimos dois anos. Agora, com o aprimoramento do conhecimento científico e experiência no combate ao mencionado inimigo, conseguimos retomar os relacionamentos de modo que os meios digitais não podem substituí-lo.

A edição desse semestre trata de temas caros à sociedade, debatendo direitos humanos relativos a categorias vulneráveis, seja pela própria condição de fragilidade física ou por ainda estar em desenvolvimento, como os direitos das gestantes e das crianças e adolescentes.

O acesso à justiça permanece em voga na discussão, refletindo sobre o significativo aumento da judicialização da medicina, em especial, as questões que envolvem erro médico e a necessidade de mudança de comportamento das partes na solução dos conflitos intersubjetivos.

Outros temas no âmbito do direito coletivo como consumidor, meio ambiente e novos direitos, também estão em pauta nesta edição.

E, para finalizar, questões constitucionais preciosas atualmente vistas como garantidoras da democracia, são analisadas sob um ponto de vista peculiar e crítico a Miguel Reale, contextualizando-se a década de 1930.

Esperamos que a leitura seja prazerosa e construtiva, assim como a convivência com aqueles que nos fazem bem e preenchem os espaços em nossa humanidade.

Boa leitura!

Os Editores